

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL - SAV

Quem somos?

A Secretaria do Audiovisual (SAv) é responsável por propor, elaborar e supervisionar a política para o setor audiovisual, envolvendo a qualificação de profissionais, a preservação e difusão da memória audiovisual, em defesa do patrimônio audiovisual brasileiro e do seu reconhecimento.

Nossa atuação em 2025 (até setembro), referente às Entregas Estratégicas

Dentre as ações estratégicas para fortalecer o audiovisual brasileiro em curso na Secretaria do Audiovisual (SAv), destacam-se o desenvolvimento e implantação do Programa de Difusão Audiovisual - que engloba o Portal e Plataforma Tela Brasil, a regulamentação do vídeo por demanda (VoD), a internacionalização, o fomento e a preservação audiovisual.

Dentro do Programa de Difusão Audiovisual, em relação à Plataforma Tela Brasil, avançou-se na compra dos créditos de armazenamento em nuvem, por meio do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, dando início à transferência da Plataforma para esse ambiente e aos testes necessários. Além disso, foram selecionadas 393 obras por meio do Edital de Licenciamento, havendo previsão de que sejam difundidas 555 obras, entre obras licenciadas e de propriedade do Ministério da

Cultura. Além de dar volume e diversidade à Plataforma, o edital também traz à Tela Brasil filmes com os três recursos de acessibilidade: LIBRAS, audiodescrição e legenda descritiva. Ademais, em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), foram definidas as condições para o próximo piloto e o lançamento da Plataforma, que será centrado no Perfil Direcionado, que atenderá escolas de educação básica.

No que tange ao Portal Tela Brasil, outro pilar do Programa, foram firmados 16 termos de adesão com agentes audiovisuais para serem incluídos neste espaço digital de promoção e organização de dados e informações sobre o setor audiovisual brasileiro.

Em relação à regulamentação do VoD, a SAv participa e promove debates públicos e internos, a exemplo do que ocorreu na 28ª Mostra de Cinema de Tiradentes em janeiro de 2025, em audiência pública realizada no Congresso Nacional em fevereiro, e na conferência Rio2C em maio, e defendendo os principais pontos da SAv em relação à regulamentação, entre outros, a equivalência regulatória entre serviços audiovisuais, o pagamento de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), a inclusão de cotas para a produção brasileira independente nos catálogos das plataformas e a proteção do direito autoral e patrimonial da produção nacional. É a partir dessas premissas que a SAv mantém diálogo com o Congresso Nacional para avançar em

uma regulamentação que, de fato, proteja a produção brasileira, em especial a independente.

Em maio, o Brasil participou como país homenageado de honra no Marché du Film, em Cannes, maior mercado de cinema do mundo, no qual mais de 400 brasileiros que compuseram a participação recorde do Brasil no Marché, tiveram acesso a programas e rodadas de negócios.

Em junho, a SAV lançou o Edital Arranjos Regionais, que investirá de forma complementar R\$ 300 milhões do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) em parceria com estados, capitais e outros municípios que tenham solicitado e acessado recursos das chamadas públicas de coinvestimentos regionais anteriores.

Por fim, também em junho durante o CineOP, a Secretaria do Audiovisual lançou o Programa de Preservação do Audiovisual Brasileiro, que valoriza a preservação, colocando-a como estratégica para afirmação da identidade nacional. O Programa institui a Rede Nacional de Arquivos Audiovisuais, o Inventário Nacional de Bens Culturais Audiovisuais e promove o diagnóstico da situação de acervos audiovisuais por todo país.

Em julho foi apresentado o histórico da criação do programa Arranjos Regionais.

No mês de agosto foi lançado o Edital para Comercialização em Cinema com investimentos de R\$ 60 milhões na abertura do Gramado Film Market.

Já em setembro, a SAv lançou o relatório Mapeamento sobre a Estrutura da Formação Audiovisual no Brasil no 28º Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine). O estudo apresenta um diagnóstico nacional sobre cursos de audiovisual oferecidos em universidades e institutos federais. Também em setembro foi prorrogado o prazo de inscrições do Mapeamento Nacional de Espaços Públicos de Exibição. O mapeamento coleta informações sobre a infraestrutura, gestão e programação dos espaços de exibição para subsidiar futuras ações de fomento, como a modernização de salas e a capacitação de exibido